

# ARQUEOLOGIA NA METRÓPOLE PAULISTANA\*

RAFAEL DE ABREU E SOUZA\*\*

Resumo: *busco sintetizar pontos levantados no simpósio “As Arqueologias e as cidades: o que acontece na metrópole?”, realizado na VI reunião Teoria Arqueológica del America del Sul (TAAS), problematizando a prática da arqueologia urbana na região metropolitana de São Paulo, através da análise de relatórios de licenciamento disponíveis na 9ª SR- IPHAN-SP.*

Palavras-chave: *Licenciamento. Arqueologia Preventiva. São Paulo.*

**A**inda há espaço para o arqueólogo na cidade? A pergunta foi posta aos participantes do simpósio *As Arqueologias e as cidades: o que acontece na metrópole?*, realizado na VI TAAS. Essa questão, premente nos anos de 1970 e 1980, ganhou nova roupagem e vem passando por reconfigurações relacionadas ao contexto que se consolida nas cidades do mundo contemporâneo, latino americano em particular: as cidades-mundo, como propôs Augé (2008).

Como fazer arqueologia na cidade, para além de uma arqueologia *da cidade, na cidade e para a cidade?* (STASKI,

\* Recebido em: 20.03.2014. Aprovado em: 03.04.2014.

\*\* Doutorando em Ambiente e Sociedade pelo NEPAM/UNICAMP. Doutorando em Arqueologia pelo MAE/USP. *E-mail:* rafaelabsouza@yahoo.com.br

1999). Como desenvolver uma arqueologia *com a cidade*, no intuito de envolver sociedade, profissionais, órgãos gestores e legislação? Quais as formas de atuação e as perspectivas teóricas metodológicas que o arqueólogo urbano deve, hoje, conjugar com o tempo e a dinâmica urbana de cidades que crescem baseadas em projetos de modernidade, cuja característica iminente é a demolição permanente? (BENJAMIN, 2000; BERMAN, 2007). A paisagem urbana está em constante transformação; transformar-se é inerente à paisagem.

Urge reunir pesquisadores que atuem em diferentes contextos urbanos brasileiros e latino-americanos. Iniciar discussões, tecer reflexões e apresentar alternativas para o estado da arte da arqueologia urbana feita no país. Frente aos avanços dos empreendimentos e das obras de infraestrutura, e a abertura dos cursos de graduação e pós-graduação em Arqueologia, isto torna-se cada vez mais necessário.

Apesar da retomada sistemática da atuação do arqueólogo na cidade no século XXI, concomitante a proliferação de programas de prospecção, resgate e monitoramento arqueológico, observa-se recuos, hesitações e mesmo impropriedades que refletem limitações teóricas, metodológicas e técnicas para lidar com o fenômeno urbano. Do mesmo modo, apesar dos esforços empreendidos, ainda não contamos com instrumentos e políticas públicas eficazes e favoráveis à prática da arqueologia no meio urbano.

Por muito apartada, a Arqueologia no Brasil entrou no debate da questão urbana (pensando, a princípio, as pesquisas que deram foco à fundação da cidade) também, nos anos 1970, quando se consolidavam a Antropologia e a Sociologia urbanas no país. Diferente destas, no entanto, seguiu, em seus primeiros passos, visões preservacionistas e de caráter demasiado empirista. Neste momento, a cidade surgia como *locus* de análise associado à eclosão de novos atores políticos (MAGNANI, 2006).

Marcadas pelas análises da Escola de Chicago, a Sociologia e a Antropologia urbanas em São Paulo tiveram início com os anos de 1940, atingindo maior força nos anos

1970, através de reflexões que partiam de uma visão da cidade como laboratório privilegiado de análise da mudança social (FRÚGOLI, 2005) como ambiente multifacetado com dinâmicas variadas que exigem esforços constantes de adaptação (NUNES, 2007) e espaço no qual se desenrola e ganha sentido a vida cotidiana (CARLOS, 2007).

Definia-se, então, um campo no qual a arqueologia precisava lidar com o desafio da proximidade e do familiar (VELHO, 2003), reconhecendo o espaço urbano como meio, condição e produto da ação humana e que seu uso ao longo do tempo configura a cidade enquanto acumulação de tempos diversos e de possibilidades renovadas de realização da vida (CARLOS, 2007).

Nasce uma arqueologia preocupada com os ambientes urbanos, com a urbanização, com sua diacronia, dinâmicas étnicas e interações entre grupos sociais, interações socioeconômicas, relações de gênero, etc. (STASKI, 2008). Este campo ganhou a alcunha de arqueologia urbana, cuja definição não é consensual, mas que, de modo geral, considera o estudo das relações entre cultura material, cognição em ambiente urbano e comportamento humano (STASKI, 1999; TOCCHETTO; THIESEN, 2007).

Atuar com arqueologia nas regiões metropolitanas não é tarefa simples. Tomar a cidade sob a ótica da cultura material tem sido esforço de um grupo muito pequeno de arqueólogos que se empenham em pensar a grande São Paulo a partir da expressão material que é a própria cidade.

A arqueologia urbana paulistana e brasileira ainda precisa romper categorias temporais que a encarceram na ideia de antigo (geralmente referente, no mais tardar, ao século XIX). Quanto ainda falta para que aconteçam discussões como a dos grafites dos *Sex Pistols* em Londres (GRAVE-BROWN; SCHOFIELD, 2011), não sabemos. No país, os estudos arqueológicos sobre a cidade pautam-se muito mais no reconhecimento de que, como produto histórico-social humano, a cidade representa o trabalho materializado e acumu-

lado ao longo do processo histórico de uma série de gerações, contendo e revelando ações passadas (CARLOS, 2007), do que um tema substancial de reflexão para além, meramente, de pensar fenômenos que ocorram dentro da esfera urbana (FRÚGOLI, 2005).

As pesquisas arqueológicas em São Paulo e na enorme conurbação da qual fazem parte as cidades da região metropolitana, sempre enfrentaram as especificidades do campo, como o tempo inconstante e o trânsito; a profundidade das escavações; o grande volume de materiais; os custos e as complicações metodológicas; o acesso aos sítios; a visibilidade do trabalho; onde e como transportar e armazenar o material arqueológico e um dia a dia no qual as interações e relações sociais são intensas.

Termos como "sítio arqueológico" são de difícil aplicação para quem lida com as áreas urbanas. Isto porque os limites de um "sítio" na cidade geralmente são aqueles moldados pelo que se vê no momento do estudo, tais como muros, ruas e demais elementos resultantes dos processos de construção posteriores ao início de determinada ocupação (para além da proposta de Cressey e Stephens (1982) sobre a cidade-sítio). É o que Bicho (2011) chamou de "prospecção dirigida institucional", no sentido de que a área estudada independe de limites naturais ou culturais. Um terreno estudado no âmbito da arqueologia urbana é, muitas vezes, delimitado prévia e arbitrariamente de acordo com a porção que está acessível. Aqui, em geral, isto se dá a partir das características de determinado empreendimento no âmbito de um licenciamento ou concerne ao polígono de uma área tombada.

Atualmente, a arqueologia preventiva tem impulsionado o uso da categoria "sítio arqueológico", como ferramenta que possibilita o "resgate" desses lugares. Por outro lado, a documentação fabricada pelo licenciamento é de acesso complicado, inexistente ou apresenta informações pouco claras, o que dificulta ainda mais a compreensão da dinâmica da arqueologia na cidade, em especial no que condiz à localização exata dos achados e a sua cronologia.

Para exemplificar estes apontamentos, utilizarei o acervo documental e arqueológico pertencente ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Prefeitura Municipal de São Paulo, 269 relatórios de arqueologia protocolados, e disponíveis para consulta, na 9ª SR-IPHAN/SP até abril de 2009 (IPHAN/ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007; SOUZA, 2012), além da bibliografia especializada. A partir deles foi possível avaliar aspectos da prática da arqueologia urbana em sua relação com o contexto preventivo e acadêmico.

## A ARQUEOLOGIA PAULISTANA A PARTIR DE 1996

A história da arqueologia urbana paulistana pode ser segmentada em cinco grandes momentos: primeiro, entre 1885 e 1939, marcado pela localização de achados fortuitos e ocorrências isoladas, sob a ótica de visões colecionistas e de estudos sobre o outro cultural; segundo, entre 1940 e 1974, definido pelos trabalhos arqueológicos que envolveram escavações propriamente ditas, associadas às políticas patrimoniais municipais de preservação; terceiro, entre 1975 e 1995, caracterizado pela efetivação de programas de pesquisa sistemáticos e a organização de órgãos em torno dos quais profissionais atuaram, como o DPH; quarto, entre 1996 e 2002, no qual nota-se relativa estagnação do campo, com a entrada das universidades, até a emissão da portaria 230, em 2002, que caracteriza o período atual (quinto).

Entre 1996 e 2002, os tempos foram difíceis para a arqueologia urbana da grande São Paulo, marcada por relativa estagnação, com retrocesso e desinteresse por parte da própria Arqueologia, enquanto disciplina, aos temas relacionados à arqueologia urbana e histórica. Paradoxalmente, nesta época acontece à entrada dos profissionais atuantes nas universidades. E então, se as primeiras incursões à arqueologia histórica foram realizadas por profissionais que também trabalhavam com temas pré-coloniais, a década de 1990 especializará cada vez mais as duas áreas.

O fim do projeto de Arqueologia Histórica do Município de São Paulo (ARAÚJO *et al.*, 2006), que escavou diversos locais entre o final dos anos 1970 e o começo dos anos 1990, encabeçado por Margarida Andreatta, coincide com a possibilidade de um percurso acadêmico para os profissionais realizarem seus estudos de mestrado e doutorado no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, quando Margarida torna-se professora. Apesar disso, sua primeira aluna defende o mestrado apenas em 1996 (JULIANI, 1996). Alguns arqueólogos que atuavam na cidade, com menos ou mais afinco, passam a defender seus estudos universitários, como Lucia Juliani, Paulo Zanettini, Maryzilda Campos e Wagner Bernal.

Neste momento, a arqueologia urbana passa a ser identificada quase que definitivamente como arqueologia histórica, área então de pouco interesse para grande parte dos arqueólogos vinculados às instituições de ensino da cidade. Poucos foram os trabalhos realizados pelo DPH no período, como o acompanhamento das obras da Operação Urbana Faria Lima para abertura do trecho da nova Faria Lima (próximo a Casa Bandeirista do Itaim Bibi), em 1996. Margarida Andreatta, pela Universidade Brás Cubas, estrutura o projeto de Arqueologia da Serra do Itapety, em Mogi das Cruzes, a partir de 1995.

Por outro lado, faz-se sentir, pela primeira vez, em grande escala, o peso da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 001 para a Arqueologia da região: no âmbito preventivo, em 1997, pesquisas são realizadas devido às obras no Km 39 da Rodovia Pedro Aroles (Mogi - Dutra): em 2000, é realizado o programa de prospecção arqueológica nas vias marginais da Anhanguera entre São Paulo e Osasco. Em 2001, destacam-se os estudos que incorporam temas da arqueologia da paisagem ao Programa de Dimensionamento e Valorização Científica do Patrimônio Arqueológico e Histórico Rodoanel - trecho oeste. Fortalece-se, de modo claro, a atuação das empresas de consultoria em arqueologia preventiva na cidade.

Entre 1998 e 2002, o MAE/USP, sob a coordenação de Cristina Bruno, organiza o projeto *Musealização da Arqueologia e a preservação dos lugares da memória como fatores de revitalização urbana: o caso de São Caetano do Sul, SP*. Este se tornou pioneiro ao partir do âmbito acadêmico para um trabalho com políticas públicas municipais, objetivando uma carta de valorização arqueológica para o município, além de um diagnóstico museológico e a organização do acervo pertencente ao museu da cidade, retomando pesquisa levada a cabo por Margarida Andreatta em 1991. Contudo, o projeto fora interrompido devido à contaminação do solo.

O último período da história da arqueologia urbana na região, entre 2003 e o momento atual, é marcado por dois importantes documentos que impulsionaram as pesquisas arqueológicas na grande São Paulo: a Portaria 230, de 2002, federal, e a Resolução do CONPRESP 17/2007, municipal. O *boom* da arqueologia preventiva acarreta a proliferação dos trabalhos na cidade, inversamente proporcionais à qualidade dos mesmos. Extremos podem ser mapeados nos trabalhos de arqueologia preventiva na grande São Paulo. Se, por um lado, há aqueles cuja qualidade técnica, metodológica, teórica, está aquém do que a disciplina oferece, há alguns que condensam e aplicam de forma interessante questões e debates dos mais atuais em Arqueologia, talvez muito além do que existe academicamente.

Com o século XXI, a prática da arqueologia na cidade acompanha as prerrogativas ambientais da ecoeficiência e da produção mais limpa, com avaliações de impacto sobre o patrimônio cultural. Passa-se a contar com a presença da arqueologia previamente às obras, ou seja, intervenções arqueológicas são realizadas pré-impactos, preventivamente (TOC-CHETO; THIESEN, 2007).

Em 2004, com atualização em 2008, as recomendações do documento gerado pela Operação Urbana Consorciada Faria Lima indicam o Largo de Pinheiros e área envoltória

como de alto “potencial arqueológico”, devendo constar em licenças do EIA/RIMA. Também neste período mais pesquisas acadêmicas sobre a temática urbana passam a ser desenvolvidas e o arqueólogo volta, a passos pequenos, para a cidade, lidando, agora, com questões associadas à gestão.

O escopo temporal dos sítios abarcados pela arqueologia urbana ultrapassa as tradicionais ocupações coloniais dos séculos XVI a XVIII e lida com questões dos séculos XIX e XX. Neste momento, a Arqueologia entra, de forma bastante difícil, é verdade, no âmbito das recomendações das operações urbanas, sendo realizados trabalhos no Centro, na Água Branca e em Pinheiros.

Vale tocar, ainda, no papel que a Arqueologia ganhou ao participar do embargo das obras levadas a cabo no sítio, bem tombado, Casa Bandeirista do Itaim Bibi. Alvo de pesquisas coordenadas por Margarida Andreatta, do Museu Paulista, e Dorath Uchoa, do Instituto de Pré-História, nos anos 1980, fora parcialmente destruída por empreendimento resultante de uma das transações imobiliárias mais caras da história da América Latina. Foi por isso, alvo de laudo pericial por empresa de consultoria que gerou a continuidade das pesquisas, de 2009 a 2012, e um Termo de ajuste de conduta que está financiando a construção do prédio do novo MAE, na Universidade de São Paulo.

Todo este processo rendeu à região metropolitana de São Paulo mais de 190 pontos com vestígios arqueológicos, dentre sítios, ocorrências, artefatos fortuitos, achados e demais vestígios, com predomínio de ocupações históricas. Os últimos anos assistiram a um retorno do arqueólogo à cidade (ZANETTINI, 2004), também no âmbito acadêmico. Porém, deve-se destacar este retorno associado, mormente, à arqueologia preventiva, que vem levantando novas problemáticas e questões em torno da própria práxis.



A imagem a seguir (Base Google Earth, 2012), ilustra a distribuição espacial dos "pontos com vestígios arqueológicos" na região metropolitana. Nota-se o vazio na zona leste da cidade de São Paulo, e nos municípios a Leste da conurbação, onde predominam bolsões de pobreza relacionados à problemas de infraestrutura, baixas rendas familiares e a menor concentração de atividade econômica, sendo uma das mais pobres da cidade. Esta ausência indica a incidência dos trabalhos de arqueologia nas zonas de maior efervescência econômica, relacionando arqueologia à presença de intervenções de engenharia.

## A ARQUEOLOGIA URBANA A PARTIR DOS RELATÓRIOS DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

A região da grande São Paulo é formada por 39 cidades, em intenso processo de conurbação, formando com seus municípios vizinhos uma mancha urbana contínua. Com mais de 19 milhões de habitantes, é o maior centro urbano do Brasil e da América do Sul, e a sexta maior área urbana do mundo.

Foram consultados 269 relatórios disponíveis na 9ª Regional do IPHAN, englobando documentos até abril de 2009, concernentes a variados projetos de arqueologia levados a cabo na região da grande São Paulo e estas apontaram inúmeras questões e algumas surpresas em torno do fazer arqueologia na cidade, seu estado da arte, aos profissionais envolvidos, a distribuição espacial dos vestígios, aos diálogos com a universidade e questões teórico-metodológicas.

Observou-se um maciço predomínio de atividades não interventivas, 70%, em comparação a atividades interventivas no subsolo urbano, 30%. Chamou atenção o grande predomínio de vistorias, sem intervenções em subsuperfície, que resultaram em recomendações que versavam sobre a não necessidade de arqueologia nas áreas alvo de interesse. Após prospecções não interventivas, o subsolo da cidade foi descartado como ente possuidor de potencial arqueológico, pautando-se em justificativas como a de que não foram encontradas as feições originais do

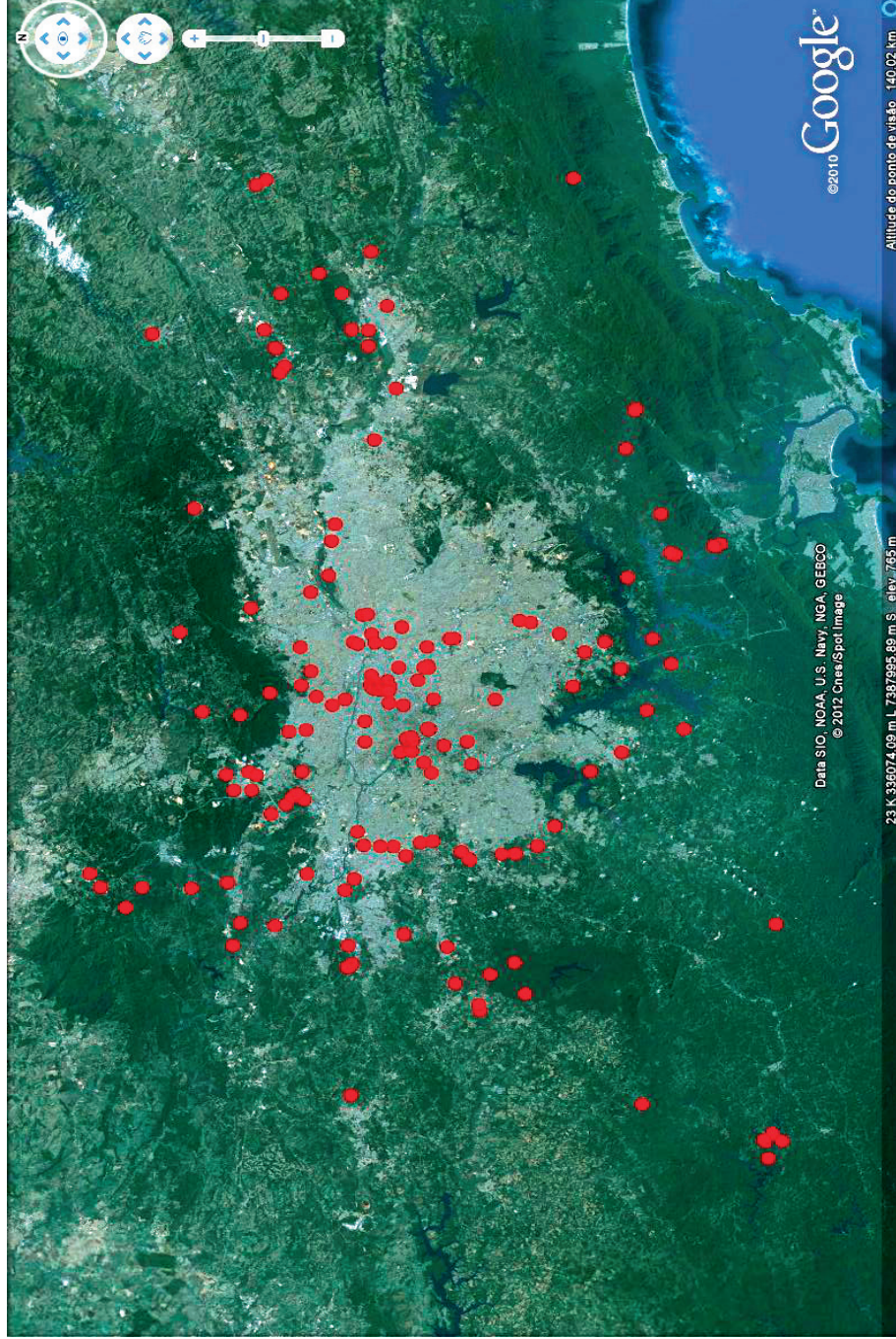


Figura 1. Vestígios arqueológicos na região da grande São Paulo (1885-2012)

terreno, meias encostas, ou outras marcas na paisagem típicas de levantamentos para sítios pré-coloniais ou indígenas. A discussão de feições originais de terrenos não faz sentido para a cidade.

Aproximo estas afirmações daquilo que, para a Antropologia Urbana, Magnani chamou de “tentação da aldeia”, no sentido de reproduzir questões de outros campos e outras metodologias num contexto tão específico como a cidade, encarando-a enquanto unidade fechada e autocentrada (MAGNANI, 2006). Ressalta-se, ainda, o total desconhecimento de que a cidade é “um espaço que está em constante estruturação, respondendo e ao mesmo tempo dando sustentação às transformações engendradas pelo fluir das relações sociais” (SPOSITO, 2000, p. 7).

Isto torna aparente o enorme descompasso entre os projetos de arqueologia preventiva desenvolvida na região metropolitana de São Paulo, que ampliaram consideravelmente nosso campo de atuação, e discussões teóricas e práticas da arqueologia urbana e histórica. Tal descompasso dialoga não apenas com as dificuldades de inserir a arqueologia, por meios legais, na cidade, mas com o fato de que a grande maioria dos arqueólogos que trabalha na região metropolitana não é especialista ou não tem formação em arqueologia urbana.

Os sucessíveis níveis de ocupação que se sobrepõem, recortam-se e formam o que Lemos e Martins (1992) chamaram *puzzle complexo*, exigem, no mínimo, a capacidade de identificação de materiais arqueológicos de diferentes épocas. Vários dos relatórios, no entanto, contêm identificações equivocadas, com destaque para a recorrência de louças em faianças finas brasileiras como louças de fabricação inglesa.

Para Zanettini (2009), quantidade e qualidade são questões prementes no contexto da performance meteórica que a arqueologia preventiva propiciou. Se, por um lado, a academia acusa a falta de embasamento teórico-metodológico de boa parte dos pesquisadores envolvidos no processo, por outro, a arqueologia empresarial queixa-se do despreparo dos profissionais que ascendem aos mercados advindos das universidades.

Inúmeros profissionais, praticamente todos relacionados a universidades, não especializados em arqueologia urbana, passaram a trabalhar na cidade e as marcas são sentidas na qualidade do conteúdo dos relatórios protocolados no IPHAN. O exame desses relatórios indica inúmeras questões: a falta de georreferenciamento e logradouro SQL, por exemplo, ocorrências e locais onde foi observado/coletado material arqueológico; o uso da categoria "sítio arqueológico" indiscriminadamente associado ao contexto do licenciamento e a necessidade do "resgate do sítio"; a incongruência conceitual de um projeto na cidade que é realizado desconsiderando os locais como potencialmente arqueológicos por estarem "antropizados"; a dita identificação equivocada de diversos materiais e artefatos; a leitura simplória e apenas geológica das camadas e da já conhecida complexa estratigrafia urbana; a apresentação dos resultados em frases como "encontrou-se louças vidros, metais" apartados de qualquer relação com o comportamento do registro estratigráfico; a utilização de categoriais pouco ou nada esclarecedoras para classificar os artefatos; a ausência de menções às cotas positivas.

Muitos dos trabalhos, em especial na mancha urbana, recomendam, com frequência, acompanhamentos que acabam se resumindo a vistorias letárgicas da abertura de valas e na coleta quase assistemática de material "descontextualizado", antes de qualquer diagnóstico, prospecção ou escavação. Várias vezes foi possível notar nos relatórios, o uso de técnicas inadequadas ao contexto urbano, como a abertura de malha de prospecção com tradagens por cavadeiras boca de lobo, que mal chegam a 1,50m de profundidade: o material arqueológico coletado na Rua Líbero Badaró, em 1987 foi encontrado a 5m e o sítio arqueológico Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo São Paulo continua mais de 4m de aterro.

Soma-se a isto, o desconhecimento em torno da história de São Paulo e a ausência de ferramentas imprescindíveis ao estudo dos terrenos a serem pesquisados, como a cartografia histórica abundante para a região. Os relatórios contêm pou-



cas referências bibliográficas quanto ao tema e praticamente nenhum diálogo com problemáticas caras à historiografia local, como os debates encabeçados por Blaj (2000).

Muitas vezes, os contextos históricos para os projetos da grande São Paulo possuem como referências *sites* como a *Wikipédia* ou dados de enciclopédias de municípios. Por outro lado, alguns relatórios são uma compilação de dados históricos, já que a arqueologia ficou resumida à quantidade de peças que compõem os acervos ilustrativos (em frases como, por exemplo, "portanto, os moradores deste sobrado comem em pratos") frente a um volume desproporcional de dados históricos.

Se desde entre os anos 1970 a 1980, a cidade passou a ser tratada como um grande *locus* arqueológico (STASKI, 1999), o que está se realizando em grande parte da região metropolitana de São Paulo, como ficou claro através dos relatórios, é meramente uma arqueologia *na* cidade. Isto sem maiores preocupações em torno da grande expressão arqueológica que é afinal a cidade, ou seus edifícios e as relações sociais que disso decorrem, na busca assídua por vestígios móveis, tais quais seriam encontrados em sítios cerâmicos, por exemplo (OLIVEIRA, 2005).

Se a Arqueologia trata de ações humanas, expressões materiais de culturas, antropizações de meios, criação e modificação de paisagens, como é possível que os relatórios dos projetos de arqueologia preventiva tragam, em sua grande maioria, no âmbito de "recomendações" ou "considerações finais", frases como "potencial arqueológico nulo", ou "sem interesse arqueológico", colocando, num mesmo patamar, camadas de formação estritamente geológicas, não antrópicas, e a estratigrafia complexa dos meios urbanos? Os processos de construção do espaço da cidade são os próprios agentes formadores dos sítios arqueológicos (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009).

Os relatórios desenvolvidos na região metropolitana de São Paulo estão distribuídos no tempo de forma a apresentar uma concentração de projetos no final dos anos 1970 e

começo dos anos 1980, como resultado dos trabalhos de Margarida Andreatta. Após os anos 1980, volta a ascender apenas no século XXI, com dois *booms* de pesquisas: um em 2003 e outro em 2008, coincidentes com a efetivação da Portaria 230/2002 e com a Resolução CONPRESP 27/2007, que recomenda a realização de pesquisas arqueológicas em determinado perímetro urbano do centro da cidade de São Paulo. Este fato indica que a Arqueologia Preventiva na cidade permitiu uma “dilatação do raio de ação do arqueólogo” (ZANETTINI, 2009), frente às possibilidades e recursos disponíveis em relação às pesquisas acadêmicas.

Por município da região administrativa, nota-se o predomínio dos projetos de arqueologia nas cidades de São Paulo, seguida modestamente por Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo e Mauá. Com exceção de Mogi das Cruzes, com recorrência dos projetos acadêmicos do Núcleo de Arqueologia da Universidade Brás Cubas (NAUBC), é interessante ressaltar que as três outras cidades correspondem aos maiores PIBs do país (12º, 20º e 52º lugar). Semelhante correspondência havia sido apontada por Zanettini (2009) e Wichers (2010) quanto ao número de portarias para São Paulo em relação ao restante do país.

Verifica-se clara relação, portanto, entre a existência de sítios arqueológicos e os municípios onde houve mais projetos de arqueologia preventiva, como São Paulo e Mogi das Cruzes. A análise dos relatórios deixa perceber que a relação entre projetos que nada encontraram e aqueles que localizaram sítios ou algo de “interesse arqueológico” é muitíssimo baixa.

Aqueles que localizaram as chamadas “ocorrências arqueológicas” ou vestígios que, teoricamente, teriam interesse arqueológico, não foram incluídos como projetos que resultaram no achado de “sítios arqueológicos”, apesar de alguns vestígios localizados serem bastante interessantes como, por exemplo, um machado polido aqui ou uma linha de bonde acolá.

Alguns relatórios ainda trazem informações sobre as sucessivas e, por vezes, enormes, camadas de aterros na cidade

de São Paulo, reflexo da historicidade urbana, dos diálogos com a paisagem e da relação homem-natureza, uma vez que aterros são artefatos produzidos pelo homem (DEETZ, 1977). Porém, a regra geral é desconsiderá-los do ponto de vista da "relevância arqueológica". No entanto: como é possível que alguma área da cidade não possua "relevância arqueológica"? Quais os graus de relevância utilizados para ler os vestígios arqueológicos da região metropolitana? Antiguidade, magnitude e arquitetura são valores atribuídos suficientes?

A esta realidade, somam-se afirmações como a de "materiais descontextualizados". Que significa dizer: um artefato está "fora de contexto"? Não é possível pressupor uma "descontextualização" para nenhum objeto, uma vez que todos fazem parte de um contexto, como relação entre artefato, camadas e localização espacial, ou de um novo contexto. Além disso, a grande maioria dos refugos da cidade é secundária, ou seja, não foram descartados em seu local original de uso (SCHIFFER, 1972).

Reforçando a ideia: afirmar uma presumida "descontextualização" é, ainda, desconsiderar os processos de formação do registro arqueológico, tanto os naturais quanto os culturais, que na cidade são bastante intensos, pois a cidade não é estática, pois nela predominam inferências sobre "feições originais".

Em linhas gerais, percebe-se que há um grande descompasso entre o resultado dos projetos de arqueologia preventiva presentes no IPHAN-SP e o discurso que é descrito no início dos relatórios. A contradição é evidente entre a explicitação de algumas posturas teóricas, com definições sobre arqueologia urbana, acompanhado da justificativa destes projetos e da relevância da arqueologia na cidade, e os resultados ressaltando o potencial arqueológico nulo do meio urbano. Lamentavelmente, ignora-se a complexa estratigrafia, assim como edificações e outras modificações urbanas da paisagem, liberando para obras, áreas que, teórica e aparentemente, não teriam potencial arqueológico em subsuperfície sem sequer realizar intervenções.

Enormes imbróglis legais, do ponto de vista da gestão, seriam acarretados se cadastrássemos uma cidade inteira como sítio arqueológico, pois qualquer obra impactaria o sítio e poderia ser considerado crime ao patrimônio. Assume-se, como na literatura arqueológica brasileira inclusive, que a cidade é o "sítio" do ponto de vista científico, não podendo haver intervenções dentro deste "sítio" que não resultem em indícios arqueológicos.

Este fato deixa claro que não faz sentido negar um caráter arqueológico na cidade afirmando-se que ela é "antrópica"... Termos como "antropizados" ou "antrópicos", transpostos das ciências biológicas, recorrentes nos relatórios, não poderiam ser usados para justificar a ausência de artefatos arqueológicos, uma vez que sua utilização gera uma incongruência conceitual, já que os mesmos não são opostos, se a Arqueologia se define como o estudo do antrópico. Daí a indignação de arqueólogos quando existe um senso comum que os associa aos dinossauros.

Se for possível que o subsolo da cidade não seja, intrinsecamente, arqueológico, também não se poderia desconsiderar a possibilidade de localizar "sítios" como aqueles já identificados. Retomando as metáforas da cidade como um grande organismo vivo, é impossível que nela se faça intervenções sem que se adentre no arqueológico, do mesmo modo que é impossível intervenção no corpo humano que não tenha sangue. É como estar em um sambaqui e se perguntar se há algo arqueológico ali, a ser localizado. As perguntas na cidade devem ser outras.

Com isto, não quero dizer que aterros devam ser cadastrados como sítios arqueológicos, mas que deve ser efetuada uma leitura arqueológica do meio urbano e que monitoramentos de gasodutos podem gerar conhecimento sobre a cidade (CAPPELLETTI, 2006). Arqueólogos têm se dedicado a pensar o que deve ou não ser "salvo" no âmbito do contrato em áreas urbanas, com que propósitos e com que métodos e prerrogativas (THIESEN, 2001). Falta, nestas



abordagens, pensar o processo de urbanização através da Arqueologia, efetuando uma arqueologia *para a* cidade de São Paulo, considerando os "sítios" como parte de um sistema interconectado e não unidades arqueológicas desarticuladas (TOCCHETTO; THIESEN, 2007). Acrescento, retomando as prerrogativas de Paulo Freire, sobre a ausência de uma arqueologia *com* a cidade.

Por outro lado, vale lembrar que, destarte a crítica à falta de embasamento e de problemáticas científicas de projetos de arqueologia de contrato ou preventivas, é neste contexto que a arqueologia urbana, com seus percalços e descompasso, vêm sendo feita. Preocupações, por vezes bastante atuais e questões de gestão e planejamento, tais como, zoneamento, uso e ocupação do solo, operações urbanas, etc., recorrem em alguns relatórios. Pontos postos pela arqueologia histórica em torno dos desafios na obtenção de cronologias, dinâmicas de consumo, construção de identidades, etc., aparecem mais nos relatórios de "contrato" do que na produção acadêmica paulista sobre a arqueologia na região metropolitana.

Contrariamente ao que vem se afirmando, é na arqueologia preventiva que a cidade tem sido mote de variados debates. Isto porque no "contrato" os arqueólogos são a linha de frente sobre a qual assolam questões prementes à Arqueologia, obrigando-os, às vezes, a adotar e criar estratégias para resolução imediata de imbróglios, que, por vezes, são esquecidas no tempo acadêmico. Como vem ocorrendo em outros países, posturas inovadoras, como a Arqueologia do Passado Contemporâneo, têm sido implementadas mais pelas empresas de arqueologia do que pela própria academia (GONZALEZ-RUIBAL *et al.*, 2008).

Alguns relatórios ultrapassam tanto em qualidade, quanto em quantidade, algumas produções acadêmicas, arqueológicas sobre a cidade, em especial no que tange às políticas públicas e na própria relação da arqueologia com as comunidades, intensificada especialmente pelo caráter da arqueologia preventiva em meio urbano. Isso associa-se ao de-

sinteresse da academia em relação à prática da arqueologia nas cidades, o que acarreta na ausência de disciplinas, formação e projetos, e aos recursos que o contrato disponibiliza para aqueles que querem pensar questões urbanas. Também relaciona-se a agilidade e estratégia com que a arqueologia preventiva consegue dialogar com o dinamismo das cidades e a adaptabilidade das ferramentas disponíveis à velocidade frenética dos ritmos urbanos. É fora da universidade que a arqueologia urbana em São Paulo vêm ocorrendo e firmando-se e é nela que os arqueólogos urbanos, acadêmicos de formação e em geral ainda associados à universidade, docentes e discentes, têm tido possibilidade de exercerem suas profissões, adquirirem experiências e tecerem reflexões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de compreender a cidade, esta paisagem sempre em transformação, cujo dinamismo caracteriza sua materialidade e a compreensão do registro arqueológico, coloca-se para o arqueólogo como ordem do dia. O patrimônio arqueológico está, teoricamente, mais em risco na cidade, pela efervescência da transformação física e pela fragilidade de leis e arqueólogos interessados em atuar para além do "pagamento pelo contrato".

Participar ativamente de sua própria realidade, tecer propostas para transformá-la, para entendê-la, projetar futuros sustentáveis, é o papel político que pode ser assumido pelo arqueólogo que atua na cidade, engajado pelo fato de fazer uma arqueologia do familiar, uma "autoarqueologia" (HARRISON; SCHOFIELD, 2009). Afinal, a maioria de nós nasceu e mora em cidades.

O exame dos relatórios associados a licenciamentos protocolados nas regionais do IPHAN, órgão responsável pela fiscalização da Arqueologia no país, representam verdadeiras bibliotecas de arqueologia, pouco aproveitadas. Indicam o potencial desta documentação para reflexões mais apuradas em torno da arqueologia urbana, em especial por sua relação

com a arqueologia preventiva, e seu diálogo com a arqueologia acadêmica, frequentemente postas em oposição. As críticas à arqueologia realizada dentro da lógica capitalista tem criado nos discursos a ilusão de uma Universidade "melhor", cujos resultados de pesquisa são superiores em qualidade.

Por um lado, nota-se o descompasso do conteúdo de alguns relatórios quanto aos debates da arqueologia urbana e brechas deixadas do ponto de vista metodológico. Por outro, a análise dos relatórios indicou que a arqueologia urbana no Brasil firmou-se mais como campo prático, empírico, justamente devido a seu papel preventivo e aos diálogos com políticas públicas e planejamento territorial urbano, antes de firmar-se academicamente, já que poucas universidades contam, em suas grades, com disciplinas específicas.

O próprio "desprezo" de alguns arqueólogos que atuam nas empresas em relação à arqueologia urbana e histórica, que se reflete também na qualidade dos relatórios, é fruto, muitas vezes, de posturas teóricas e metodológicas adquiridas nas academias, que ainda discutem se este ou aquele objeto é ou não arqueológico.

Como os arqueólogos que exercem atividades nas cidades provêm quase que exclusivamente das universidades, é preciso um diálogo mais acirrado para que nossa formação traga contribuições ao campo e às demais disciplinas que têm no urbano uma de suas preocupações, incluindo o papel ativo da arqueologia junto a questões de ordenamento territorial e patrimônio cultural e, inclusive, o papel ético e profissional do arqueólogo.

## ARCHAEOLOGY IN SÃO PAULO METROPOLIS

*Abstract: the article aims to discuss the practice of Urban Archaeology in the metropolitan region of São Paulo through analysis of reports and documents available in the 9th Section of the IPHAN-SP. It indicate a complex dynamics of the Urban Archeology history in São Paulo, related to the important role that Contract Archeology has occupied in the field comparing to Universities.*

## Referências

ARAÚJO, Astolfo et al. O departamento de patrimônio histórico e a Arqueologia no município de São Paulo: 1979-2005. *Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 204, p. 129-138, 2006.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. Campinas: Papirus, 2008.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo, 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

BICHO, Nino F. *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 34, 2011.

BLAJ, Ilana. Mentalidade e sociedade: revistando a historiografia sobre São Paulo colonial. *Revista de História*, n. 142-143, p. 239-259, 2000.

CAPPELLETTI, Angela. Monitoramento arqueológico das obras do conduto forçado Álvaro Chaves-Goethe, Porto Alegre, RS. *ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA*, 5., 2006. *Anais ...*, Porto Alegre, 2006.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CRESSEY, Pamela; STEPHENS, John. The city-site approach to urban archaeology in Alexandria, Virginia. In: DICKENS, R. S. (Ed.) *Archaeology of Urban America*. New York: Academic Press, 1982. p. 41-61.

DEETZ, James. *In small things forgotten*. New York: Doubleday, 1977.

FRÚGOLI, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005.

GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo. Arqueología de la Guerra Civil Española. *Complutum*, v. 19, n. 2, p. 11-20, 2008.

GRAVE-BROWN, Peter; SCHOFIELD, John. The filth and the fury: 6 Denmark Street (London) and the Sex Pistols. *An-*

*tiquity*, v. 85, p.1385-1401, 2011.

HARRISON, Richard; SCHOFIELD, John. Archaeo-ethnography, auto-archaeology: Introducing archaeologies of the contemporary past. *Archaeologies*, v. 5, n. 2, p. 185-209, 2009.

IPHAN; ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Levantamento dos sítios arqueológicos do estado de São Paulo. Relatório Fase I. *Termo de Cooperação Técnica 9ª Superintendência do Iphan/ Zanettini Arqueologia*, São Paulo, 2007.

JULIANI, Lucia. *Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo*. 1996. Dissertação Mestrado em Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LE MOS, Francisco S.; MARTINS, Manuela. A arqueologia urbana em Portugal. *Penélope*, n. 7, p. 93-103, 1992.

MAGNANI, José C.; TORRES, Lilian L. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 2006.

NUNES, Brasilmar F. Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 647-678, 2008.

OLIVEIRA, Alberto. *Um estudo em arqueologia urbana: a carta de potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre*. 2005. Dissertação Mestrado em História - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2005.

Portaria IPHAN nº 230 de 17 de Dezembro de 2002

Resolução nº 07/CONPRESP/2007

SCHIFFER, Michael B. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.

SOUZA, Rafael A. louça branca para a Paulicéia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo – USP*: Imprensa Oficial, 2012. Suplemento 14.

SPOSITO, Maria E. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 2000.

*Archaeology*, n. 5, p. 9-11, 1999.

\_\_\_\_\_. Living in cities today. *Historical Archaeology*, v. 42, n. 1, p. 5-10, 2008.

TEGA, Glória. Arqueologia no Brasil e o panorama atual: os números de 11 anos de divulgação na Folha de S. Paulo. *Arqueologia Pública*, n. 5, p. 14-27, 2012.

THERRIEN, Monika. *De fábrica a bairro*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

THIESEN, Beatriz. Arqueologia de contrato: metodologias de prospecção para áreas urbanas. *Revista do Cepa*, v. 25, n. 33, p. 73-79, 2001.

TOCCHETTO, Fernanda. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas de descarte na Porto Alegre moderna oitocentista*. Porto Alegre: Oikos, 2009.

\_\_\_\_\_. THIESEN, Beatriz. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em Áreas urbanas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 174-199, 2007.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. *Pesquisas urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WICHERS, Camila A. M. *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: caminhos da prática brasileira*. 2010. Tese Doutorado em Museologia - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Programa de prospecção e resgate arqueológico Quadra 090, setor 008 (Perímetro Nova Luz)*. São Paulo, 2009.

ZANETTINI, Paulo E. O arqueólogo na cidade. In: *Expedição São Paulo 450 anos*. São Paulo: Museu da Cidade, 2004, p. 151-154.

\_\_\_\_\_. Projetar o futuro para a arqueologia brasileira: desafio de todos. *Revista de Arqueologia Americana*, n. 27, p. 71-87, 2009.